



**GoiásFomento**  
Valorizamos o seu negócio

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2024

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Os desembolsos nos programas sociais que tiveram a GoiásFomento como parceira, foram movimentados por meio de cartão de pagamentos e conta digital **R\$ 468,3 milhões**, com mais de **1,414 milhão** de beneficiários em 2024 e **R\$ 1,379 bilhão** acumulados desde junho de 2021, com **4,366 milhões** de beneficiários desde o início.

Os programas de transferência de renda às famílias proporcionam um fluxo financeiro nas atividades econômicas local, o que contribui para a geração de emprego e renda nos municípios. Injeções de recursos na economia, proporciona elevação no poder de consumo das famílias de baixa renda, propiciando reflexos positivos para os pequenos empreendimentos fornecedores de bens de consumo.

Dessa forma, a atuação como agente operador dos recursos em programas de transferências de renda, proporcionou a geração de receitas em 2024 para a GoiásFomento na ordem de **R\$ 8 milhões** no exercício.

Em relação aos financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, a GoiásFomento vem atuando para a mitigação dos riscos das operações e recuperação de crédito inadimplente e consequentemente elevação no volume financeiro transacionado.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O lucro líquido alcançado em 2024 foi de **R\$ 3,6 milhões**, enquanto o obtido em 2023 foi de **4,1 milhões**, conforme demonstrações financeiras, ou seja, a variação de **12,5%** menor em relação ao exercício anterior. O resultado positivo foi alcançado, principalmente pelo ingresso de receitas oriundas da prestação de serviços na gestão de desembolsos em programas sociais, operacionalizados por meio de cartão pré-pago e conta digital, que somadas, alcançou **R\$ 8 milhões** no exercício.

Na despesa com pessoal, (incluindo alta administração) a variação em relação ao projetado foi 1,2% maior com variação de **R\$ 409 mil** e, quando comparada ao ano anterior, foi **9,4%** maior.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de **R\$ 8,3 milhões** em 31/12/2023 para **R\$ 8 milhões** em 31/12/2024, ou seja, uma redução de **R\$ 300 mil** no período, enquanto a despesa com provisão foi **R\$ 1,4 milhão** maior que a obtida no ano anterior.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS: INDICADORES

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2024 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO 2023 (Em R\$ 1.000)	VARIAÇÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	67.263	75.166	-7.903
Resultados Prestação de Serviços	13.868	12.555	1.313
Resultados Operacionais	6.966	7.290	-324
Lucro Líquido Antes de Tributação	6.726	7.281	-557
Lucro Líquido	3.573	4.085	-512
PRINCIPAIS DESPESAS	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Provisão para Devedores Duvidosos	8.914	7.516	1.398
Despesas de Pessoal	34.913	31.914	2.999
BALANÇO PATRIMONIAL	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Ativos Totais	275.912	262.974	12.938
Operações de Crédito	119.894	97.147	22.737
Patrimônio Líquido	202.753	197.979	4.774
INDICADOR FINANCEIRO	(Em %)	(Em %)	(Em %)
Índice de Lucratividade	5,31%	5,44%	-2,35%

Os ativos totais tiveram aumento de 4,9% quando comparado ao exercício anterior, saindo de **R\$ 263 milhões** para **R\$ 276 milhões**, ficando **R\$ 13 milhões** maior. Quanto ao patrimônio líquido houve um aumento de 2,4% passando de **R\$ 198** para **R\$ 202,8**.

Os desembolsos financeiros em operações de crédito somaram **R\$ 66,9 milhões** em 1.498 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos em operações de repasses do BNDES.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES /FUNGETUR), ao final do exercício de 2024 ficou em **R\$ 119,9 milhões**, sendo **R\$ 22,7 milhões** maior em relação a 31/12/2023, enquanto o número de contratos ativos reduziu de **4.434 contratos** para **3.467** em 2024, com diminuição de **967** contratos, ou seja, elevou-se o número de operações com valores maiores.

O saldo de recursos em tesouraria passou de **R\$ 138,5 milhões** no final de 2023 para **R\$ 138,2 milhões** no final de 2024, ficando praticamente estável com variação de 0,2%.

2. ATUAÇÃO DA GOIÁS FOMENTO

A GoiásFomento desembolsou **R\$ 66,9 milhões** em 1.498 operações de crédito, gerando/mantendo 3.192 empregos. Os desembolsos ficaram **67,7%** maiores que o alcançado no ano anterior.

Para operações de crédito (microcrédito) que tiveram o apoio do Fundo de Equalização para o Empreendedor FUNDEQ, destinado à concessão de subsídios sob a forma de equalização de juros e concessão de garantia por meio da aval nas operações de crédito, somaram **R\$ 14,9 milhões**, com ticket médio de **R\$ 16 mil reais**.

Como agente operador de programas de transferência de rendas exclusivamente na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mães de Goiás, Aprendiz do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento promoveu em 2024, desembolsos de valores que somaram de **R\$ 468,3 milhões**.

3. PERSPECTIVAS

A GOIÁS FOMENTO continuará buscando atuação em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial a Secretaria da Retomada, da SEDS, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e iniciativa privada para a implementação diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

Para 2025, essa agência buscará ampliar créditos para o agronegócio, a ampliação de financiamentos para o microcrédito por meio do FUNDEQ em especial na linha de crédito **Mais Crédito**. Adoção de ações para ampliação na prestação de serviços às prefeituras municipais na operacionalização de programas sociais dos municípios estão no escopo para o exercício vigente.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2024, destaca a administração profissional esperada para essa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiânia (GO), 10 de março de 2025.

ALAN FARIAS TAVARES  
Presidente do Conselho de Administração

LUCAS FERNANDES ANDRADE  
Diretor-Presidente em Exercício

FERNANDO RUFINO CORDEIRO VERÍSSIMO  
Diretor de Operações

LUCAS FERNANDES ANDRADE  
Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

	ATIVO	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		196.101	205.189
DISPONIBILIDADES		335	7
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		137.853	138.500
Carteira Própria (NOTA 4)		137.853	138.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)		42.209	43.705
Empréstimos Setor Privado		22.187	28.075
Financiamentos Setor Privado		20.056	17.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		4.975	3.487
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa		(5.009)	(5.782)
OUTROS CRÉDITOS		7.757	13.240
Diversos (NOTA 6)		7.931	13.244
Provisão p/ Outros Créditos		(174)	(4)
OUTROS VALORES E BENS		7.947	9.737
Outros Valores e Bens (NOTA 7)		8.259	10.049
Provisão p/Desv. De Outros Val. e Bens		(312)	(312)
NÃO CIRCULANTE		79.811	57.785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		76.009	54.010
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)		68.613	44.644
Empréstimos Setor Privado		32.859	18.713
Financiamentos Setor Privado		31.705	22.185
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		6.699	6.238
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa		(2.650)	(2.492)
OUTROS CRÉDITOS		7.396	9.366
Diversos (NOTA 6)		7.576	9.384
Provisão p/ Outros Créditos		(180)	(18)
PERMANENTE (NOTA 8)		3.802	3.775
INVESTIMENTOS		10	10
Ações		10	10
IMÓVEIS DE USO		3.243	3.317
Terenos		2.422	2.422
Edificações		1.867	1.867
Depreciações Acumuladas		(1.046)	(972)
IMOBILIZADO DE USO		515	414
Imobilizado de Uso		1.998	1.727
Depreciações Acumuladas		(1.483)	(1.313)
IMOBILIZADO EM CURSO		34	34
Outros		34	34
INTANGÍVEL		-	-
Ativos Intangíveis		394	394
Amortizações Intangíveis		(394)	(394)
TOTAL DO ATIVO		275.912	262.974
PASSIVO		31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		30.730	33.484
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9))		12.988	15.182
Repasse dos Pais - BNDES		219	494
Repasse dos Pais - FCO		2.332	3.462
Repasse dos Pais - FINEP		948	589
CEF - PNPMO		-	2.037
Repasse dos Pais - FUNGETUR		9.489	8.600
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)		17.742	18.302
Sociais Estatutárias		2.986	4.362
Fiscais e Previdenciárias		1.628	1.692
Diversas		13.128	12.248
NÃO CIRCULANTE		42.429	31.511
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		42.429	31.511
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)		42.429	31.511
Repasse dos Pais - BNDES		-	107
Repasse dos Pais - FCO		1.942	2.767
Repasse dos Pais - FINEP		6.547	3.791
CEF - PNPMO		-	-
Repasse dos Pais - FUNGETUR		33.940	24.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		202.753	197.979
Capital Social (NOTA 11)		193.234	186.394
Aumento de Capital		-	3.199
Reserva de Lucros		9.519	8.386
TOTAL DO PASSIVO		275.912	262.974

AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A

AV. GOIÁS N. 91 – CENTRO – GOIÂNIA/GO – Site: www.goiasfomento.com

CNPJ.: 03.918.382/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (Em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2º SEMESTRE DE 2024	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.983	39.495	40.310
Operações de Crédito	Nota 5 e) e 14	14.550	25.419	24.900
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 4 b)	7.433	14.076	15.410
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.743)	(12.731)	(12.280)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Nota 12	(4.585)	(8.900)	(7.516)
Provisão p/ Desvalorização e de Contingências	Nota 12	(11)	(57)	(3)
Empréstimos e Repasses	Nota 14	(2.147)	(3.774)	(4.761)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.240	26.764	28.030
OUTRAS RECEITAS ((DESPESAS) OPERACIONAIS)		(9.481)	(19.798)	(20.740)
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 14	6.586	13.868	12.555
Despesas de Pessoal	Nota 13	(17.619)	(34.913)	(31.914)
Outras Despesas Administrativas	Nota 13	(3.760)	(8.057)	(7.964)
Despesas Tributárias	Nota 13	(1.714)	(3.226)	(3.095)
Outras Receitas Operacionais	Nota 14	8.167	13.786	22.301
Outras Despesas Operacionais	Nota 14	(1.141)	(1.256)	(12.623)
RESULTADO OPERACIONAL		5.759	6.966	7.290
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(73)	(240)	(9)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.686	6.726	7.281
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(2.593)	(3.153)	(3.196)
Imposto de Renda	Nota 15.1 a)	(47)	(47)	(594)
Contribuição Social	Nota 15.1 a)	(57)	(57)	(492)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda	Nota 15.2	(1.080)	(1.344)	(647)
Diferenças Temporárias - Contribuição Social	Nota 15.2	(864)	(1.075)	(742)
Participação dos Empregados		(545)	(630)	(721)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO		3.093	3.573	4.085
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00		0,0160	0,0185	0,0219

DRA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	3.573	4.085
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES NO EXERCÍCIO	3.573	4.085

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	EX-PAN-SÃO	INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 30/06/2024	186.394	6.840	4.535	756	3.575	-	202.100
Aumento de Capital	6.840	(6.840)	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	3.093	3.093
Reserva Legal	-	-	155	-	-	(155)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	498	-	(498)	-
Reversão Proposta de Compensação Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.440)	-
SALDO EM 31/12/2024	193.234	-	4.690	1.254	3.575	-	202.753
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6.840	(6.840)	155	498	-	-	3.093
SALDO EM 31/12/2022	186.394	-	4.307	909	3.575	-	195.185
Aumento de Capital	-	3.199	(850)	-	-	2.349	2.349
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.085	4.085
Reserva Legal	-	-	204	-	-	(204)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	241	-	(241)	-
Proposta de Compensação	(3.199)	(1.607)	(59)	(3.575)	-	(8.440)	-
Reversão de Proposta de Compensação Juros sobre Capital Próprio	-	3.199	1.607	59	3.575	(3.640)	8.440
SALDO EM 31/12/2023	186.394	3.199	4.511	300	3.575	-	197.979
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	3.199	204	(609)	-	-	2.794
SALDO EM 31/12/2023	186.394	3.199	4.511	300	3.575	-	197.979
Transferência p/ Aum. De Capital	6.840	(3.199)	-	-	-	3.641	3.641
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.573	3.573
Reserva Legal	-	-	179	-	-	(179)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	954	-	(954)	-
Proposta de Compensação	-	-	(1.607)	(59)	(3.575)	-	(5.241)
Reversão Proposta de Compensação Juros sobre Capital Próprio	-	-	1.607	59	3.575	-	5.241
SALDO EM 31/12/2024	193.234	-	4.690	1.254	3.575	-	202.753
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	6.840	(3.199)	179	954	-	-	4.774

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2º Semestre 2024	Exercícios
	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro Líquido	3.093	3.573
Despesas de Depreciação e Amortização	129	244
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(8.365)	647
Derivativos	(18.588)	(22.473)
Operações de Crédito	9.292	14.533
Outros Créditos	111	1.790
Outros Valores e Bens	4.302	(560)
Outras Obrigações	-	-
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	-	-
Aumento de Capital de Subsidiárias	-	-
Reserva de Reavaliação por Equivalência Patrimonial	-	-
CAIXA GERADO/UTILIZADO PELAS OPERAÇÕES	(10.026)	(9.326)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.800	8.724
Aumento de Capital	-	3.641
Dividendos Propostos	-	-
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(2.440)	(2.440)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	10.360	9.925
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilização de Uso	(9)	(271)
Aplicações em Ações	-	-
Inversões em Investimentos	-	-
Aumento de Capital	-	-
TOTAL DOS RECURSOS CAPTADOS/APLICADOS	(9)	(271)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	325	328
Início do Período	10	7
Fim do Período	335	335
REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	325	328

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS EXERCÍCIOS DE 2024 E 2023 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (Em R\$ mil)

NOTA 1 – Contexto Operacional

A GOIÁS FOMENTO é Instituição Financeira de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil, órgão regulador, constituída pela Lei Estadual nº 13.533/99 e regida pela Resolução 2828/2001, do Conselho Monetário Nacional e respectivas alterações. O objeto da Instituição é estimular os investimentos produtivos, em infraestrutura econômica e social, contribuindo para o crescimento sustentável por meio da prospecção de oportunidades de negócios, geração e manutenção de empregos e renda, modernização das estruturas produtivas, aumento da competitividade estadual e redução das desigualdades sociais e regionais. As principais atividades são a concessão de crédito com recurso próprios e repasses do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo e é o Agente Financeiro dos Fundos Públicos, são eles; FUNPRODUZIR – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais; FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Indústria de Goiás e FUNDEQ – Fundo de Equalização para o Empreendedor.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2024, foi dada pela Diretoria em 03/02/2025.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

**Declaração de conformidade e base de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras e nas conformidades da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976; Lei do Sistema Financeiro Nacional nº 4.595/1964 e normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

**Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

As práticas contábeis adotadas e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sendo nessas demonstrações financeiras.

a) **Moeda de apresentação e funcional**

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

b) **Críticos de reconhecimento dos resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” para aqueles de natureza financeira.

c) **Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do FCO, BNDES, FINEP e do FUNGETUR são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observa-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) **Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.

e) **Obrigações por empréstimos e repasses**

As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas “pro rata die” com base na taxa efetiva das operações.

f) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

II) **Títulos para negociação** – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negoci



f) **Garantias** - As garantias concedidas à Agência de Fomento de Goiás, são instrumentos utilizados para a mitigação de risco de crédito dos financiamentos concedidos. A Instituição aceita essas garantias de forma isolada ou cumulativamente, sejam: Garantias Reais; Fidejussórias; Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Imóveis; Caução e Fundos Garantidores de Crédito.

NOTA 6 – Outros Ativos

Descrições	31/12/24	31/12/23
Rendas a receber - Prestação de serviços	2.272	1.724
Outras rendas a receber - convênios	1.474	762
Adiantamentos concedidos	2	160
Créditos tributários (Longo Prazo Nota 15.2)	6.529	8.948
Devedores por outros valores e bens - Leilão	1.404	524
Provisão para outros créditos - Leilão	(354)	(22)
Impostos e contribuições a serem restituídos	607	1.073
Devedores por depósitos em garantia (*)	939	787
Pagamentos a Ressorarir	511	656
Outros	1.769	2.089
Totais	15.153	22.606
Curto Prazo	7.757	13.240
Longo Prazo	7.396	9.366

(\*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto civis.

NOTA 7 – Outros Valores e Bens

a) Resumo das contas

Descrições	31/12/24	31/12/23
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	8.123	9.918
Provisão para desvalorização (b)	(312)	(312)
Despesas antecipadas	136	131
Total	7.947	9.737

b) **Ativos não financeiros mantidos para venda** – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são levados a leilão público e, conforme normas, por vendas diretas.

✓ Esses ativos foram avaliados há menos de um ano.

NOTA 8 – Permanente

Descrições	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	31/12/24	31/12/23
Investimentos	-	10	-	10	10	10
Imobilizado em curso - Projeto	-	34	-	34	34	34
Imóveis de uso - Terrenos	-	2.422	-	2.422	2.422	2.422
Imóveis de uso - Edificações	4%	1.867	(1.046)	821	895	895
Imobilizado de uso	10%	1.998	(1.483)	515	414	414
Totais	-	6.331	(2.529)	3.802	3.775	3.775

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores avaliados.

NOTA 9 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Agência Brasileira de Inovação - FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e Caixa Econômica Federal - CEF e Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	31/12/24	31/12/23
BNDES	1,10 a.a.	13 meses		
Obrigações			219	601
Curto Prazo			219	494
Longo Prazo			-	107

FINPEP	1,34% a.a.	5 anos/2 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			7.495	4.380
Curto Prazo			948	589
Longo Prazo			6.547	3.791

FCO	9,36% (pré a.a) TFC (pós a.a)	1 ano/4 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			4.274	6.229
Curto Prazo			2.332	3.462
Longo Prazo			1.942	2.767

CEF	1,59% a.a	1 ano/2 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			-	2.037
Curto Prazo			-	2.037
Longo Prazo			-	-

FUNGETUR			31/12/24	31/12/23
Obrigações			43.429	33.446
Selec - Prazo médio 1 ano e 9 meses	Valor à Curto Prazo - Recursos em caixa		9.489	8.600
INFC a.m. Prazo médio 4 anos e 6 mês	Valor à Longo Prazo - Liberados (Op. Crédito)		33.940	24.846

Totais			55.417	46.693
--------	--	--	--------	--------

NOTA 10 – Outras Obrigações

Descrições	31/12/24	31/12/23
Dividendos e bonificações a pagar	2.986	4.362
Subtotal	2.986	4.362
Fiscais e previdenciárias	1.616	1.692
Impostos e contribuições	12	-
Subtotal	1.628	1.692
Créditos diversos	8.442	8.315
Provedor de férias e 13 salários	2.678	2.054
Contingências	69	65
Outras	1.173	1.075
Subtotal	13.128	12.248
Totais	17.742	18.302

NOTA 11 – Capital Social

O Capital Social autorizado pelo Banco Central do Brasil para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 193.234.042,88 (cento e noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil, reais e dois reais e oitenta e oito centavos), no semestre houve integralização no valor de R\$6.839.663,30 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos), representado por 193.234.043 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 12 – Despesas da Intermediação Financeira

Descrições	2º Sem/24	31/12/24	31/12/2023
Provisão p/devedores duvidosos	4.585	8.900	7.516
Provisão p/devalorização de títulos	11	57	3
Empréstimos e repasses	2.147	3.774	4.761
Totais	6.743	12.731	12.280

(\*) A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 13 – Despesas de Pessoal, Administrativas e Tributárias, inclusive, PASEP/COFIS e ISSQN

Descrições	2º Sem/24	31/12/24	31/12/23
Despesas de pessoal	16.633	32.752	29.570
Honorários	986	2.161	2.344
Subtotal	17.619	34.913	31.914
Água, energia, gás, aluguéis	106	221	315
Comunicação	50	113	122
Manutenção/conservação	173	411	169
Serviços de terceiros	453	879	808
Informações cadastrais	100	204	199
Correspondente de crédito	69	96	65
Propaganda/pub. publicação	25	75	86
Técnicos especializados	373	1.187	1.840
Vigilância e segurança	300	594	608
Transportes	278	548	259
Emolumento jud/cartório	762	1.592	1.367
Processamento de dados	492	1.019	1.246
Tarifas bancárias	91	184	236
Outros	488	934	644
Subtotal	3.760	8.057	7.964
Tributárias	1.714	3.226	3.095
Subtotal	1.714	3.226	3.095
Totais	23.093	46.196	42.973

(\*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. (\*\*) Despesas Tributárias, incluem ISSQN, PASEP e COFINS.

NOTA 14 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições		31/12/24	31/12/23
Outras receitas			
Prestação de serviço	(*)	13.868	12.555
Recuperação enc. despesas		2.244	469
Reversão/Prov. operacionais	(**)	263	10.390
Equalizações de taxas		3.301	4.280
Outras		7.978	7.162
Total de outras receitas		27.654	34.856
Outras despesas			
Amortização do intangível		-	3
Depreciação		244	226
Provisão para contingência		-	13
Provisão para outros créditos	(***)	-	10.390
Outras		1.012	1.991
Totais de outras despesas		1.256	12.623

(\*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.

(\*\*) Refere-se a reversão da provisão das taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR E FUNPRODUZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, foram provisionadas em março de 2023 e que conforme liquidação das referidas taxas pelo Governo do Estado de Goiás, foi feita a reversão em dezembro de 2023.

(\*\*\*) Despesa de provisão de rendas a receber referente as taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR E FUNPRODUZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, provisionadas em março de 2023, recebidas em dezembro de 2023.

NOTA 15 – Impostos, Contribuições e Ativo Fiscal Diferido

15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Base de tributação

Descrições	IRPJ	CSLL
Resultado do período	6.726	6.726
Juros sobre capital próprio	(2.440)	(2.440)
Resultado do período	4.286	4.286
+ ADICÕES		
Provisão para devedores duvidosos	8.014	8.014
Operações de crédito compensadas em prei, a excluir	5.950	5.950
Despesas não dedutíveis	2.520	2.520
Totais das adições	16.484	16.484
(-) EXCLUSÕES		
Provisão/devedores duvidosos períodos anteriores	(18.768)	(18.768)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(602)	(602)
Outras exclusões	(1.116)	(1.116)
Totais das exclusões	(20.486)	(20.486)
= Lucro Real	284	284
Imposto de renda e contribuição social (*)	47	57
Realização líquida de créditos tributários	1.344	1.075

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A Instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.842/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativos. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da Instituição, para a data 31/12/24, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/2023	4.971	3.977	8.948
Constituição no exercício	425	340	765
Realização no exercício	(1.769)	(1.415)	(3.184)
Saldo em 31/12/2024– Nota 6	3.627	2.902	6.529
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	3.627	2.902	6.529

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2025		2026	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	805	805	805	1.212
Contribuição Social	644	644	644	970
Totais	1.449	1.449	1.449	2.182

c) Natureza dos créditos

A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa", Provisão dos créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até 31/12/24, foram constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizar no valor de: **R\$3.627** de Imposto de Renda e **R\$2.902** de CSLL, totalizando em **R\$6.529**.

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

NOTA 16 – Destinação do Resultado

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/24	31/12/23
Lucro do Exercício	3.573	4.085

NOTA 17 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

Partes relacionadas Descrições	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
FUNPRODUZIR	493	618	-	-	8.220	7.055
FOMENTAR	292	333	-	-	4.411	4.448
FUNDEQ - Equalização (*)	2	3	-	-	3.361	1.981
FUNPRODUZIR - Equalização (*)	-	-	-	-	-	1.233
Crédito produtivo	10	8	-	-	43	133
JCP - Estado de Goiás	-	-	2.440	3.641	-	-
Convênios (**)	439	-	-	-	7.978	5.378

(\*) As taxas de equalizações referem-se ao subsídio do FUNPRODUZIR e do FUNDEQ às empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.

(\*\*) Convênios com diversos, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social - Aprendiz do Futuro; Secretaria da Educação - Bolsa Alfabetizador; Secretaria da Retomada - Bolsa Qualificação; Prefeitura de Itapuranga - Cartão Xixá Itapuranga; Secretaria do Desenvolvimento Social - Crédito Social e Mães de Goiás; Fundação de Amparo a Pesquisa - Empodera; Agência Goiana de Habitação - Pra Ter Onde Morar; Prefeitura de Itumbiara - Renda Mais Itumbiara.

NOTA 18 – Exigibilidades de Capital Principal e Limites de Imobilização

O Demonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.

Índice da Basileia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/24, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/24	31/12/23
Patrimônio de referência	202.753	194.780
Índice de basileia	51,95%	51,89%
Nível I	42,12%	42,06%
Índice de imobilização basileia	1,88%	1,94%
Limite	101.377	97.390
Situação	3.802	3.775
Folga de imobilização	97.575	93.615

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013:

Resolução nº 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR);

Resolução nº 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets). O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.955/21 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.958/21 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/17 do CMN; Resolução nº 229/22 e Circular 3.634/13 do Banco Central do Brasil.

a) Risco operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/17 e 4.958/21 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Risco de liquidez

A GoiásFomento possui política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, e plano de Contingência de Liquidez, com as devidas ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

c) Gerenciamento de capital

A GoiásFomento possui plano de capital que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição está sujeita, abrangendo um período de três anos, em consonância com o planejamento estratégico.

d) Risco de crédito

As diretrizes e atribuições para o gerenciamento de riscos de crédito estão contempladas na Política de Gestão de Riscos em conjunto com a Política de Crédito de Desenvolvimento – PCD.

O cálculo da parcela do RWA/apd, valor da alocação de capital para o risco de mercado, é efetuado conforme a Resolução nº 229/22 do Banco Central do Brasil.

e) Julgamento da administração sobre o índice de Basileia

A administração julgou adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 8%.

f) Cálculo do patrimônio de referência

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2024, são demonstrados abaixo:

Descrições	31/12/24	31/12/23
Capital Principal	202.753	194.780
Nível I	179.338	172.024
Patrimônio de referência	202.753	194.780

Compatibilização do patrimônio de referência

Descrições	31/12/24	31/12/23
PR- Patrimônio de referência	202.753	194.780
RWA - Risk-Weighted Assets	390.256	375.380
Margem PR nível I requerido	179.338	172.257
PR Nível I mínimo requerido para o RWA	23.415	22.523
Margem s/ capital requerido	185.192	177.888
Capital principal mínimo requerido para o RWA	17.562	16.892
Índice basileia capital	47,45%	47,39%
Índice basileia amplo	51,95%	51,89%

g) Risco social, ambiental e climático

A GoiásFomento possui Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) conforme Resolução 4.945/21 do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 19 – Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração é fixada em assembleia geral de acionistas.

Descrições	31/12/24	31/12/23
Proventos	823	917
Gratificações	22	53
Conselho de administração	661	717
Outros	655	657
Totais	2.161	2.344

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

NOTA 20 – Seguros

A Instituição mantém seguro predial (



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A GOIÁSFO-  
MENTO** DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25  
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP: 74.005-010  
Goiânia GO  
Prezados(as) Senhores(as),

**1) Opinião sem Ressalva**  
Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A (“GoiásFo-mento”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.  
Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A (“GoiásFomento”)** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**2) Base para Opinião sem Ressalva**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída re-lação à **GOIÁSFOMENTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opi-nião sem ressalva.

**3) Outros Assuntos**  
**3.1) Relatório da Administração**  
A administração da **GOIÁSFOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Re-latório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precisa-das demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sen-tido não temos nada a relatar.  
**3.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**  
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusi-vemente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

**4) Principais Assuntos de Auditoria**  
Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nos-so julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstra-ções financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.


**4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD**  
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.014 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da esti-mativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.  
• **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**  
Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos jul-gados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das ope-rações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utiliza-dos pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previs-tos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.  
**4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários**  
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos re-lativos a créditos tributários no valor de R\$ 6.529 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas ba-seadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.  
• **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**  
Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efe-tuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recupé-veis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

**5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capaci-da-de de a GOIÁSFOMENTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações con-tábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a GOIÁSFOMENTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstra-ções contábeis.  
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, indepen-dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para funda-mentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedi-mentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GOIÁSFOMENTO.  
✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacio-nal e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade opera-cional da Agência. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstra-ções contábeis ou incluir modifica-ção em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIÁSFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.  
✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiania/GO, 03 de abril de 2025



**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O  
**Jairo Aires de Sant’Ana**  
Contador - CRC/MT 015226/O-7 “S” GO  
CNAI 4187

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no exercício de suas atribui-ções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Finan-ceiras e o Estudo do Crédito Tributário, referentes ao exercício findo em 31/12/2024, considerando os termos do Relatório da empresa de Auditoria Independente - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, **sem ressalva**, opinam que as referidas demonstrações, estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação, ratificando que estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração.

Goiania/GO, 14 de abril de 2025		
César Augusto Soltekeviciene Moura Conselheiro	Rafaela Avelar de Queiroz Conselheira	Wellington Matos De Lima Conselheiro

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 16 Abril 2025, 08:05:19

**Documento:** BALANÇO GOIASFOMENTO\_DIGITAL (1).Pdf

**Número:** 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7

**Data da criação:** 16 Abril 2025, 08:05:04

**Hash do documento original (SHA256):** 110093fbf92295f79928ee53bfeacf380204f847c29b2ad3c605b96611a2847c



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 16 Abril 2025, 08:05:20

## Assinaturas com certificado digital

### INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.